

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05 DE JULHO DE 2017**

## **DELIBERAÇÕES**

### **ANTECIPAÇÃO DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DE JULHO;**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, antecipar a reunião ordinária pública do dia 19 de julho do corrente ano para o dia 14, pelas 18h00m. Publicite-se, nos termos e de acordo com o disposto no n.º 4 do art.º 40.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

**(Aprovado por unanimidade)**

### **PROTOCOLO A CELEBRAR COM A DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PISCAS DO CENTRO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Delegar competências na Senhora Presidente da Câmara, para aprovar o Protocolo de parceria entre o Município de Alvaiázere e outras entidades, entre as quais a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, nos termos do disposto na alínea r) do n.º 1 do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;
2. Submeter o Protocolo a ratificação numa próxima reunião do Órgão Executivo, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

**(Aprovado por unanimidade)**

### **EMPREITADA: "PLATAFORMA EMPRESARIAL" - RELATÓRIO FINAL E ADJUDICAÇÃO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Ratificar os atos praticados pelo júri do procedimento;
2. Aprovar o relatório final do júri do procedimento, admitindo todas as propostas contidas no respetivo relatório, de acordo com o n.º 4 do art.º 124 do CCP;
3. Adjudicar à empresa Sociedade de construções Elimur, Lda., a empreitada acima referenciada, pelo valor de €314.924,01 (trezentos e catorze mil novecentos e vinte e quatro euros e trinta e um cêntimos), ao qual será adicionado o IVA à taxa legal em vigor, nos termos do n.º 1 do art.º 76.º do CCP;
4. Notificar o adjudicatário da decisão de adjudicação e, em simultâneo, a todos os concorrentes, de acordo com o previsto no art.º 77.º do CCP, e;
5. Solicitar à empresa Sociedade de construções Elimur, Lda., a apresentação dos documentos de habilitação exigidos no ponto 15.º do convite, tal como é definido no art.º 81.º do CCP e prestar a caução no valor de €15.746,20 (quinze mil setecentos e quarenta e seis euros e vinte cêntimos), correspondente a 5% do valor total da adjudicação, de acordo com o n.º 1 do art.º 89, conjugado com o n.º 1 do art.º 90.º, ambos do CCP;
6. A despesa em apreço tem o n.º sequencial de cabimento 13334 (mantendo-se o mesmo número sequencial emitido em 20/03/2017), com a classificação económica 0102 07010301 e GOP 03 002 2017/15 Ação 1. O n.º sequencial de compromisso é o 16095.

**(Aprovado por maioria)**

### **PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DA REGIÃO DE LEIRIA" - ACORDO ENTRE PARCEIROS**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, de acordo com o disposto nas alíneas r) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou:

1- Aprovar a celebração do protocolo entre o Município de Alvaiázere e o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere em que ambas as entidades se comprometam a desenvolver o projeto Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Região de Leiria: "Programa Intermunicipal de Potenciação do Sucesso Escolar – Crescer 2020" e "Rede Intermunicipal para a Promoção e Monitorização do Sucesso Escolar da Região de Leiria"; o qual está sujeito a aprovação de cofinanciamento pelo Programa Operacional Regional do Centro (CENTRO 2020), através da Tipologia de Intervenção "Redução do Abandono Escolar;

2- Delegar competências à Sra. Presidente da Câmara Municipal, Arq. Célia Marques, para a respetiva outorga e representação do Município.

**(Aprovado por unanimidade)**

**INDEMNIZAÇÃO DE TERCEIROS POR  
PREJUÍZOS CAUSADOS - SEGURO DE  
EXPLORAÇÃO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Aceitar a responsabilidade pelos danos causados, bem como o orçamento entregue, no valor de 439,47€ (quatrocentos e trinta e nove e quarenta e sete cêntimos), os quais já incluem IVA;

2. Mandar proceder ao acionamento da apólice de seguros, devendo ser entregue a participação de sinistro e efetuar o pagamento do valor da franquia, num total de 50€ (cinquenta euros) à seguradora Companhia de Seguros Fidelidade, S.A.;

3. Dar conhecimento da deliberação aos serviços de gestão financeira, para que se proceda ao respetivo cabimento, compromisso e pagamento da despesa em causa, que deverá onerar a classificação económica 0102/020212.

**(Aprovado por unanimidade)**

**FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE  
ALMOSTER - PEDIDO DE DISPENSA TOTAL  
OU PARCIAL DE TAXA URBANÍSTICA -  
REGULAMENTO MUNICIPAL DE  
URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO.**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Reconhecer que a entidade Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Almoster, prossegue fins de relevante interesse público;

2. Nos termos do n.º 6 do artigo 86.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, a dispensa total da taxa urbanística referente à emissão do alvará de licença de construção no valor de 697,21 € (seiscentos e noventa e sete euros e vinte e um cêntimo);

**(Aprovado por unanimidade)**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14 DE JULHO DE  
2017**

**PRÉDIO RÚSTICO N.º 13911 - ALVAIÁZERE -  
ALIENAÇÃO EM HASTA PÚBLICA**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, proceder ao acerto da área e, subsequentemente do valor da adjudicação do artigo rústico inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 13911 da freguesia de Alvaiázere, anteriormente inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 156 da freguesia de Alvaiázere (extinta), e descrito na conservatória do Registo Predial de Alvaiázere sob o número 5665/20170711, cifrando-se, assim, o valor total a pagar em 42.001,70€ (quarenta e dois mil um euros e setenta cêntimos), adjudicado ao Lar de Idosos o Cantinho dos Meus Velhos, Lda., com o NIPC 504 012 061 e sede em Cheira, 3300-184 Penacova, o qual já efetuou o pagamento de 11.800€ (onze mil e oitocentos euros), estando, assim, por pagar no ato da escritura o valor de 30.201,70€ (trinta mil duzentos e um euros e setenta cêntimos).

**(Aprovado por unanimidade)**

**ALTERAÇÕES AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A INSTALAÇÃO E GESTÃO DA LOJA DO CIDADÃO DE ALVAIÁZERE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Revogar a deliberação tomada na reunião do órgão executivo do dia 24 de abril de 2017, referente a aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração para a Instalação e Gestão da Loja do Cidadão de Alvaiázere, tendo em conta que o mesmo sofreu alterações;
2. Aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração para a Instalação e Gestão da Loja do Cidadão de Alvaiázere;
3. Atribuir poderes de representação à Sra. Presidente da Câmara Municipal, para outorga do referido protocolo.

**(Aprovado por maioria)**

**LEGALIZAÇÃO OFICIOSA DA ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/86, DE 9 DE JANEIRO DE 1986 (LOTEAMENTO DO MERCADO) - ALTERAÇÃO AO ABRIGO DO ARTIGO 48.º DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO NA VERSÃO EM VIGOR**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e tendo por base a informação técnica supratranscrita, com a qual concorda, deliberou, proceder oficiosamente à alteração da licença de Loteamento do Mercado, aprovando o respetivo projeto de alteração ao Alvará de Loteamento n.º 1/86, de 9 de janeiro de 1986 constante no Processo de Loteamento n.º 4/96, nos termos do artigo 48.º do RJUE e de acordo com o supracitado, tendo em conta a informação jurídica emitida pela Professora Fernanda Paula Oliveira e o facto de que os Serviços Técnicos, não encontram qualquer motivo de indeferimento ao licenciamento nos termos do disposto do artigo 24.º, também, do RJUE

**(Aprovado por maioria)**

**LEGALIZAÇÃO OFICIOSA DO EDIFÍCIO SITO NO LOTE N.º 1 DO LOTEAMENTO DO MERCADO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e tendo por base a informação técnica supratranscrita e a informação jurídica prestada pela Professora Fernanda Paula Oliveira, com as quais concorda, deliberou proceder oficiosamente ao licenciamento da legalização da operação urbanística promovida no Lote n.º 1 do Loteamento do Mercado, aprovando os respetivos projetos de arquitetura e projetos das especialidades constantes no Processo de Obras n.º 88/95, nos termos do n.º 6 do artigo 4.º e do artigo 102.º-A, ambos do RJUE, de acordo com o supracitado, não tendo os Serviços Técnicos, nos termos do disposto do artigo 24.º, também, do RJUE, observado qualquer motivo de indeferimento ao licenciamento, considerando a Câmara Municipal como recebido o valor correspondente às taxas da legalização, nos termos do artigo 70.º do RJUE.

**(Aprovado por maioria)**

**LEGALIZAÇÃO OFICIOSA DO EDIFÍCIO SITO NO LOTE N.º 4 DO LOTEAMENTO DO MERCADO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e tendo por base a informação técnica supratranscrita e a informação jurídica prestada pela Professora Fernanda Paula Oliveira, com as quais concorda, deliberou, proceder oficiosamente ao licenciamento da legalização da operação urbanística promovida no Lote n.º 4 do Loteamento do Mercado, aprovando os respetivos projetos de arquitetura e projetos das especialidades constantes no Processo de Obras n.º 135/99, nos termos do n.º 6 do artigo 4.º e do artigo 102.º-A, ambos do RJUE, de acordo com o supracitado, não tendo os ~~Serviços Técnicos, nos termos do disposto~~ do artigo 24.º, também, do RJUE, observado qualquer motivo de

indeferimento ao licenciamento, devendo a Câmara Municipal dar por recebido o valor correspondente às taxas da legalização, nos termos do artigo 70.º do RJUE.

**(Aprovado por maioria)**

**LEGALIZAÇÃO OFICIOSA DO EDIFÍCIO  
SITO NO LOTE N.º 5 DO LOTEAMENTO DO  
MERCADO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e tendo por base a informação técnica supratranscrita e a informação jurídica prestada pela Professora Fernanda Paula Oliveira, com as quais concorda, deliberou, proceder oficiosamente ao licenciamento da legalização da operação urbanística promovida no Lote n.º 5 do Loteamento do Mercado, aprovando os respetivos projetos de arquitetura e projetos das especialidades constantes no Processo de Obras n.º 183/96, nos termos do n.º 6 do artigo 4.º e do artigo 102.º-A, ambos do RJUE, de acordo com o supracitado, não tendo os Serviços Técnicos, nos termos do disposto do artigo 24.º, também, do RJUE, observado qualquer motivo de indeferimento ao licenciamento, devendo a Câmara Municipal dar por recebido o valor correspondente às taxas da legalização, nos termos do artigo 70.º do RJUE.

**(Aprovado por maioria)**

**LEGALIZAÇÃO OFICIOSA DO EDIFÍCIO  
SITO NO LOTE N.º 6 DO LOTEAMENTO DO  
MERCADO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e tendo por base a informação técnica supratranscrita e a informação jurídica prestada pela Professora Fernanda Paula Oliveira e a informação jurídica prestada pela Professora Fernanda Paula Oliveira, com as quais concorda, deliberou, proceder oficiosamente ao licenciamento da legalização da operação urbanística promovida no Lote n.º 6 do Loteamento do

Mercado, aprovando os respetivos projetos de arquitetura e projetos das especialidades constantes no Processo de Obras n.º 61/2001, nos termos do n.º 6 do artigo 4.º e do artigo 102.º-A, ambos do RJUE, de acordo com o supracitado, não tendo os Serviços Técnicos, nos termos do disposto do artigo 24.º, também, do RJUE, observado qualquer motivo de indeferimento ao licenciamento, devendo a Câmara Municipal dar por recebido o valor correspondente às taxas da legalização, nos termos do artigo 70.º do RJUE.

**(Aprovado por maioria)**

**LEGALIZAÇÃO OFICIOSA DO EDIFÍCIO  
SITO NO LOTE N.º 8 DO LOTEAMENTO DO  
MERCADO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e tendo por base a informação técnica supratranscrita e a informação jurídica prestada pela Professora Fernanda Paula Oliveira, com as quais concorda, deliberou, proceder oficiosamente ao licenciamento da legalização da operação urbanística promovida no Lote n.º 8 do Loteamento do Mercado, aprovando os respetivos projetos de arquitetura e projetos das especialidades constantes no Processo de Obras n.º 31/2002, nos termos do n.º 6 do artigo 4.º e do artigo 102.º-A, ambos do RJUE, de acordo com o supracitado, não tendo os Serviços Técnicos, nos termos do disposto do artigo 24.º, também, do RJUE, observado qualquer motivo de indeferimento ao licenciamento, devendo a Câmara Municipal dar por recebido o valor correspondente às taxas da legalização, nos termos do artigo 70.º do RJUE.

**(Aprovado por maioria)**

**LEGALIZAÇÃO OFICIOSA DO EDIFÍCIO  
SITO NO LOTE N.º 10 DO LOTEAMENTO DO  
MERCADO**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e tendo por base a informação técnica

supratranscrita e a informação jurídica prestada pela Professora Fernanda Paula Oliveira, com as quais concorda, deliberou, proceder oficiosamente ao licenciamento da legalização da operação urbanística promovida no Lote n.º 10 do Loteamento do Mercado, aprovando os respetivos projetos de arquitetura e projetos das especialidades constantes no Processo de Obras n.º 155/2000, nos termos do n.º 6 do artigo 4.º e do artigo 102.º-A, ambos do RJUE, de acordo com o supracitado, não tendo os Serviços Técnicos, nos termos do disposto do artigo 24.º, também, do RJUE, observado qualquer motivo de indeferimento ao licenciamento, devendo a Câmara Municipal dar por recebido o valor correspondente às taxas da legalização, nos termos do artigo 70.º do RJUE.

**(Aprovado por maioria)**

**RECOMEÇO DE EXECUÇÃO DOS  
TRABALHOS NA EMPREITADA DA  
"REQUALIFICAÇÃO DA ZONA  
ENVOLVENTE AO EDIFÍCIO DO  
TRIBUNAL"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, nos termos do n.º 3 do artigo n.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ratificar o despacho da Senhora Presidente da Câmara Municipal Célia Marques, exarado no dia 11 de julho de 2017, no qual determinou a notificação ao empreiteiro do recomeço dos trabalhos da empreitada da «Requalificação da Zona Envolvente ao Edifício do Tribunal», por ter cessado a causa que determinou a suspensão de execução.

**(Aprovado por maioria)**

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 28 DE  
JULHO DE 2017**

**PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES  
2017/2018**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Aprovar o presente Plano de Transportes Escolares para o ano letivo 2017/2018, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro e, considerando o momento económico atual e as razões já apontadas, a gratuidade dos transportes assegurados para os alunos que frequentarão as Escolas Básicas de Alvaiázere e de Maçãs de Dona Maria, independentemente de residirem a menos de 4Km dos respetivos estabelecimentos de ensino.

2. Solicitar a emissão de passes escolares às empresas que asseguram o serviço de carreira pública no concelho e àquela que permite garantir o transporte dos alunos, nas situações devidamente justificadas e enquadradas no Regulamento de Apoio Social Escolar, para a Escola Secundária de Ansião (a partir da paragem mais próxima da sua residência), nomeadamente:

a) Rodoviária do Tejo, S.A.;

b) Turexpresso;

c) Rodoviária da Beira Litoral.

3. Aprovar a modalidade de Administração Direta para as situações descritas no presente plano;

4. Abrir procedimento na modalidade de concurso público para os serviços de transporte propostos;

5. Manter o apoio adicional que tem vindo a ser atribuído nos últimos anos aos alunos do Ensino Secundário, no âmbito dos transportes escolares. Para o efeito, os alunos deverão fazer prova do pagamento realizado e requerer a devolução da comparticipação municipal a que tenham direito (50% ou 25% do valor do passe), de acordo com a declaração da Segurança Social para efeito de atribuição de abonos de família. A comparticipação deliberada para o próximo ano letivo aplicar-se-á, desta forma, a todos os alunos que cumpram os requisitos definidos em regulamento.

De ressalvar que, sempre que, por algum motivo, os serviços do Município não possam assegurar o transporte das crianças, por administração direta, deverão os mesmos proceder à consulta junto de entidades transportadoras, de acordo com

o preceituado no Código dos Contratos Públicos.

**(Aprovado por maioria)**

**PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO,  
NOS TERMOS DO ART.º 20º DO C.C.P. PARA  
"TRANSPORTES ESCOLARES - ALUNOS DO  
ENSINO PRÉ-ESCOLAR E DO 1º CEB"**

Analisadas todas as peças que integram o presente procedimento, devidamente conferidas pelos Gabinetes da Presidência e da Vereação, a Câmara Municipal concordou com as mesmas e deliberou:

1. Nos termos dos artigos 36º do CCP e 18.º, nº 1, alínea b), do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, tomar a decisão de contratar, cuja prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, que se estima que não deverá exceder €207.549,20, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, deve onerar a classificação económica 0102 020210 e GOP 02 003 2013/5044, que possui o n.º sequencial de cabimento 13700 e, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 6º, nº 1, alínea c), da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/12, de 21 de junho, também na sua atual redação, ambos conjugados com o artigo 15.º das Normas de Execução do Orçamento da Câmara Municipal para o corrente ano, possui a plurianualidade da despesa aprovada pela Assembleia Municipal, na sua Sessão realizada a 26 de novembro último, conforme é visível nos documentos previsionais existente nos serviços do Município devidamente assinados quer pela Câmara Municipal, quer pela Assembleia, prevendo-se a seguinte despesa, por ano económico:

--- 2017 – 67.882,40 €, a que acresce IVA à taxa legal em vigor;

--- 2018 – 139.666,80 € a que acresce IVA à taxa legal em vigor;

2. Atendendo ao preço contratual e nos termos dos artigos 18º, 20º, nº 1, alínea b), e 38º do CCP, aprovar a adoção de um

concurso público sem publicidade internacional.

3. Nos termos do artigo 40º, nºs 1, alínea b), e 2, do CCP, aprovar as peças do presente procedimento, das quais se destaca:

a) O preço base de € 207.549,20;

b) O prazo de vigência do contrato até 15 de setembro de 2018;

c) O critério de adjudicação é o do mais baixo preço;

4. Nos termos do artigo 67.º do CCP, para a condução do procedimento designar o seguinte júri:

Membros Efetivos:

Presidente: Sandra Paula Jesus Simões;

1.º Vogal: Patrícia Cristina Alves Pedro Afonso;

2.º Vogal: Eduarda Martins Morgado Santos.

Membros Suplentes:

1.º Vogal: Abílio Miguel Marques Carvalho;

2.º Vogal: Maria Isabel Alves Simões Teodósio;

5. Nos termos dos artigos 69º, nº 2, do CCP, e 44º, nºs 1 e 2, 47º e 49º, nº 1, do CPA, delegar no júri do procedimento, as seguintes competências:

a) Disponibilizar as peças do procedimento e registar os nomes dos interessados que as recebam (artigo 133º, nºs 2 e 4, do CCP);

b) Prestar esclarecimentos (artigo 50.º, nº 1, do CCP);

c) Proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento (artigo 50º, nº 3, do CCP);

d) Manter a suspensão do procedimento em caso de apresentação de erros e omissões (artigo 61.º, nº 4, do CCP);

e) Pronunciar-se sobre os erros ou omissões identificados pelos interessados (artigo 61.º, nº 5, do CCP);

f) Prorrogar o prazo fixado para apresentação das propostas (artigos 64.º, nºs 1 a 3, e 133º, nºs 6 e 7, do CCP);

g) Classificar e desclassificar documentos, bem como estabelecer um modo alternativo da apresentação de documentos classificados e prorrogar o prazo para o efeito (artigo 66.º, nºs 2, 4 e 5, do CCP);

h) Proceder à notificação dos concorrentes e do adjudicatário da decisão de adjudicação (artigo 77º, nº 1, do CCP) e, quanto a este:

(i) Para apresentar os documentos de habilitação, incluindo originais e complementares, justificar as razões por que não apresentou os mesmos documentos no prazo devido e conferir-lhe prazo, sendo o caso, para os apresentar (artigos 77º, nº 1, alínea a), 81.º, nº 8, 83.º, nº 5, 85.º, nº 1, e 86.º, nºs 2 e 3, do CCP);

(ii) Para apresentar caução, quando devida (artigos 77º, nº 1, alínea b), e 88º e seguintes, do CCP);

(iii) Para confirmar os compromissos assumidos por terceiros, quando propostos (artigos 77º, nº 1, alínea c), e 92º e seguintes, do CCP);

(iv) Da minuta do contrato e para se pronunciar sobre ela (artigo 100º do CCP);

(v) Da decisão sobre a aprovação ou rejeição de reclamações à minuta do contrato e da sua versão final (artigo 102º, nº 2, do CCP);

(vi) A data, a hora e o local para a outorga do contrato e apresentar os documentos ainda necessários para o efeito (artigo 104º, nº 3, do CCP);

i. Propor ao órgão competente para a decisão de contratar ajustamentos ao contrato a celebrar (artigo 99º do CCP);

j. Proceder à notificação dos concorrentes, cujas propostas não tenham sido excluídas, sobre os ajustamentos ao contrato a celebrar (artigo 103º do CCP).

**(Aprovado por unanimidade)**

365.º do CCP, tempo estimado necessário e suficiente para a concretização da alteração do projeto e com a concordância do empreiteiro;

2. Mandar elaborar o auto de suspensão, o qual deve compreender no mínimo, os pressupostos que determinam a suspensão e os termos gerais do procedimento a seguir subsequentemente, caso seja necessário, nos termos do artigo 369.º do CCP;

3. Mandar notificar o empreiteiro do dia para elaboração do auto de suspensão, caso esta ocorra.

**(Aprovado por unanimidade)**

**SUSPENSÃO DA EMPREITADA REFERENTE  
À "REQUALIFICAÇÃO DA ZONA  
ENVOLVENTE AO EDIFÍCIO DO TRIBUNAL"**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Mandar suspender a empreitada da "Requalificação da Zona Envolvente ao Edifício do Tribunal", por 15 (quinze) dias seguidos, nos termos da alínea b) do art.º



## **ACORDO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALVAIÁZERE E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALVAIÁZERE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO “PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR DA REGIÃO DE LEIRIA”**

Considerando que:

- os objetivos consignados no Aviso n.º CENTRO-66-2016-15 “Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar”, no sentido de aumentar as intervenções que de forma integrada e articulada favoreçam as condições para o reforço da igualdade no acesso ao ensino, a melhoria do sucesso educativo dos alunos e o reforço da qualidade e eficiência do sistema de educação;
- uma estratégia intermunicipal com o objetivo global de contribuir para potenciar o sucesso escolar dos alunos dos 10 concelhos da CIMRL, com intervenções nos ensinos pré-escolar e a partir do 1º ano do 1º ciclo, numa lógica de capacitação de competências cognitivas e não cognitivas, por forma a prevenir futuros comportamentos de risco e o abandono escolar, promovendo uma abordagem com base na mediação fora do contexto “sala de aula”, em que se incluirá a família, os docentes (professores) e a comunidade envolvente, desenvolvida em rede pela CIMRL – Comunidade Intermunicipal de Região de Leiria e os Municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós, representa um contributo ímpar para a prossecução dos objetivos anteriormente referidos;
- ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 7º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de Março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, e n.º 122/2016, de 2 de março, entre os elementos a constar nas candidaturas desenvolvidas em parceria deve estar um instrumento de formalização da mesma, adiante designada de acordo entre parceiros;
- os parceiros abaixo assinados comprometem-se a desenvolver em conjunto o projeto **Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Região de Leiria**: “Programa Intermunicipal de Potenciação do Sucesso Escolar – Crescer 2020” e “Rede Intermunicipal para a Promoção e Monitorização do Sucesso Escolar da Região de Leiria”, sujeito a aprovação de cofinanciamento pelo **Programa Operacional Regional do Centro** (CENTRO 2020), através da Tipologia de Intervenção “Redução do Abandono Escolar”;

é celebrado o presente acordo entre:

**Município de Alvaiázere**, com sede em Praça do Município, 3250-100 Alvaiázere, freguesia e concelho de Alvaiázere, pessoa coletiva número 506 605 949, adiante designado como **1º Outorgante**, legalmente representado pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Arq.ª Célia Margarida Gomes Marques, portadora do cartão de cidadão número 11358562 4 ZZ5, válido até 2 de março de 2016, emitido pelo Estado Português, número de identificação fiscal 166 089 087, casada, licenciada em Arquitetura, natural da freguesia e concelho de Alvaiázere e residente na Urbanização Quinta Nova, lote 16, 3.º frente, freguesia e concelho de Condeixa-a-Nova, com poderes para o ato, conferidos pela alínea f) do n.º 2, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 1 de setembro e tendo em conta a deliberação de celebração de protocolo





tomada em reunião de Câmara ocorrida a 05 de julho do corrente ano, ao qual é atribuída a designação de entidade parceira e beneficiária;

e

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALVAIÁZERE**, com o número de pessoa coletiva 600075486, com sede na Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira – Alvaiázere, situada na Rua Dr. José Maria Silveira Castro, Alvaiázere, como **2º Outorgante**, legalmente representado pelo Exmo. Senhor Diretor, José Rosa de Carvalho Peres, portador do cartão de cidadão número 02444650 5 zy6, válido até 18 de agosto de 2020, emitido pelo Estado Português, número de identificação fiscal 105797227, casado, licenciado em Ensino de Educação Tecnológica, natural da freguesia de Madalena, concelho de Tomar e residente na freguesia e concelho de S. João Baptista - Tomar, com poderes para este ato, conferidos pelo ato de tomada de posse no dia 27 de maio de 2013;

O presente acordo entre parceiros, doravante designado de acordo, rege-se pelas seguintes cláusulas:

### **CLAÚSULA PRIMEIRA**

*(Objeto)*

O presente acordo tem por finalidade:

- Implementar o Plano de Ação estratégico da CIMRL, designado por “Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Região de Leiria”;
- Identificar o papel e as suas responsabilidades específicas assumidas perante todos na Implementação da candidatura “Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Região de Leiria”;
- Cumprir o disposto no ponto 3 do Aviso nº CENTRO 66-2016-15, evidenciando e comprovando a parceria.

### **CLAÚSULA SEGUNDA**

*(Fundamento da parceria)*

- O perfil das entidades signatárias do presente acordo encontra-se sintetizado no anexo I, tendo em vista a prossecução das finalidades descritas na cláusula anterior.
- Ao trabalharem em conjunto para o desenvolvimento das atividades abaixo indicadas, os parceiros reconhecem que contribuem para o projeto nos termos descritos no quadro seguinte:

<b>PARCEIROS</b>	<b>BREVE DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DE CADA PARCEIRO</b>	<b>PRINCIPAIS CONTRIBUTOS PARA O PROJETO</b>
1º outorgante	As 7 atividades previstas no Plano serão executadas em parceria com a CIMRL e os agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas: 1) Intercâmbios nacionais e internacionais para conhecimento de iniciativas de promoção do sucesso escolar; 2) Sim (também) sou capaz!; 3) Descobrir a Região; 4) Sucesso + Ativo: Promoção da Educação para a saúde; 5) Experimenta e aprende; 6) Empreendedorismo nas Escolas;	O Município de Alvaiázere, no âmbito das suas atribuições e competências, definidas pela Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro e demais legislação que regula e define a ação municipal em matéria de educação, assume a educação como um pilar basilar. Assim, as políticas municipais visam garantir as melhores condições às crianças que frequentam o ensino pré-escolar e o 1º CEB no concelho de Alvaiázere. Para o efeito, estabelece parcerias aos mais diversos níveis com o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere por forma a potenciar aquilo que pode



	<p>7) Observatório da CIMRL</p> <p>A atividade 2 “Sim (também) sou capaz!” contempla a criação de uma equipas multidisciplinares, cuja contratação será da responsabilidade do município, em articulação com as necessidades dos agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas.</p>	<p>oferecer às crianças e jovens do concelho. Assim, vários têm sido os projetos implementados ao nível da educação para a saúde e adoção de hábitos de vida saudável, ao nível da educação para o empreendedorismo, para a proteção ambiental e segurança, entre outros. O Município, em parceria estreita com o estabelecimento escolar, promove ainda um conjunto diversificado de iniciativas, através dos vários serviços municipais, de sensibilização patrimonial, para a leitura e para a cultura.</p> <p>Tem ainda formalizados protocolos de cooperação com o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere por forma a garantir a melhor articulação possível entre as entidades (diretamente através do Vereador responsável pelo Pelouro da Educação e/ou através do Serviço de Educação, previsto no organograma da Câmara Municipal de Alvaiázere) com vista à gestão dos equipamentos escolares, à melhor gestão de projetos, recursos humanos e materiais (no que se refere a material didático e de desgaste). Desta forma, ambas as entidades assumem para si, de forma articulada, a responsabilidade de promover o sucesso escolar e de combater o absentismo e abandono escolar.</p>
2º outorgante	<p>O Agrupamento de Escolas de Alvaiázere integrará o seu Plano de Ação Estratégica aprovado pela Direção Geral de Educação no âmbito das atividades do presente projeto.</p>	<p>O Agrupamento de Escolas de Alvaiázere é constituído pelas seguintes escolas:</p> <p>Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira, Alvaiázere;</p> <p>Escola Básica de Alvaiázere;</p> <p>Escola Básica de Maços de Dona Maria, Alvaiázere.</p>

### CLAÚSULA TERCEIRA

A entidade coordenadora do projeto, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria - CIMRL, assume as seguintes responsabilidades específicas:

- Assinar o Termo de Responsabilidade, o Termo de Aceitação, os pedidos de pagamento e demais documentos a apresentar à Autoridade de Gestão (AG);
- Assegurar a articulação com a AG e com as várias entidades parceiras;
- Assegurar a transferência dos montantes atribuídos pela AG no âmbito da parceria e proceder às reposições por inteiro a que haja lugar, sem prejuízo da responsabilidade solidária a que todas as entidades parceiras estão obrigadas;
- Organizar o processo técnico e contabilístico da operação, inclusive todas as peças que compõem os procedimentos de contratação pública, nos termos definidos nos artigos 8º e 9º da Portaria 60-A/2015, de 2 março, na sua atual redação;



- Estabelecer procedimentos para que todos os documentos de despesa e das auditorias sejam conservados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, nomeadamente para garantir uma pista de auditoria adequada, ou com disposições legais nacionais, quando estas imponham prazos mais alargados;
- Assegurar a permanente atualização dos dados no Sistema de Informação (SI) de forma a permitir ao CENTRO 2020 conhecer, de forma permanente e acessível, todos os elementos pertinentes rececionados, apreciados e aprovados referentes à execução física e financeira das ações apoiadas;
- Garantir a submissão no SI Portugal 2020 dos pedidos de reembolsos e execução física dos projetos, onde se detalhe informação sobre a execução do projeto, em obediência a cronogramas que garantam uma gestão adequada dos fluxos financeiros do CENTRO 2020;
- Garantir que as despesas foram efetivamente incorridas;
- Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- Assegurar a divulgação e o cumprimento, das recomendações que lhe sejam comunicadas em resultado de eventuais inspeções ou auditorias efetuadas no âmbito do sistema de auditoria e controlo do PT 2020;
- Prestar toda a informação e facultar todos os elementos que lhe sejam solicitados pelo CENTRO 2020;
- Garantir o pleno cumprimento dos requisitos em matéria de informação e publicidade do projeto em geral estabelecidos na estratégia de comunicação do Portugal 2020 e do CENTRO 2020, nos termos previstos nos normativos europeus e nacionais aplicáveis, informando os potenciais destinatários e o público em geral sobre os apoios concedidos ao abrigo do Programa.

#### **CLAÚSULA QUARTA**

*(Obrigações dos parceiros)*

No âmbito do presente acordo todos os outorgantes/parceiros, enquanto entidades beneficiárias do projeto, nos termos estabelecidos no n.º6 do artigo 7.º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de Março, na sua atual redação devem:

- Garantir que cumprem e que vão cumprir as obrigações previstas nas disposições legais ou regulamentares definidas para a implementação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e do CENTRO 2020, designadamente nos artigos 13º e 24º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, bem como no termo de responsabilidade e assinar pelo representante da entidade coordenadora;
- Garantir que não se encontram numa das situações de impedimentos e condicionamentos descritas no artigo 14º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação;
- Ter conhecimento que, caso o projeto seja aprovado pelo CENTRO 2020, a entidade coordenadora é responsável pela receção do financiamento e pela sua distribuição pelas entidades participantes no projeto;
- Declarar a veracidade dos dados descritos no acordo;



- Declarar não ter submetido a financiamento nem terem recebido qualquer financiamento de fundos comunitários para a realização das atividades abrangidas pelo presente projeto;
- Declarar ter capacidade operacional e financeira para levar a cabo o programa de trabalhos previsto;
- Colaborar com a entidade coordenadora do projeto para garantir as obrigações subjacentes ao contrato de financiamento, fornecendo-lhe toda a informação e documentação necessária para a sua execução;
- Comprometer-se a proceder ao ajustamento do acordo, em caso de saída ou entrada de novos parceiros ou eventual revisão do Acordo, se necessário.
- Declarar a sua responsabilidade solidária no âmbito da execução do projeto, assumindo, na proporção acordada entre as partes, eventuais reposições ou não elegibilidades financeiras, bem como participação a nível da contrapartida pública nacional (CPN), quando aplicável.

#### **CLAÚSULA QUINTA**

*(Resultados a contratualizar)*

Os parceiros do projeto comprometem-se a contribuir para o cumprimento das metas de realização e resultado da operação que forem contratualizadas com a AG do CENTRO 2020.

#### **CLAÚSULA SEXTA**

*(Modo de funcionamento da parceria)*

De forma a cumprir os objetivos, plano de atividades e metas propostas, os parceiros do projeto comprometem-se ainda a:

- Adotar os mecanismos de articulação entre parceiros de acordo com o documento anexo (Anexo II);
- Reportar à AG o nível de cumprimento das atividades previstas, eventuais desvios e, se necessário, recalendarização das atividades, nos termos definidos por esta e com uma periodicidade mínima semestral.

#### **CLAÚSULA SÉTIMA**

*(Vigência)*

O presente acordo produz efeitos após a assinatura pelos representantes das partes que o outorgam e vigorará pelo tempo de duração do projeto, caso o mesmo seja aprovado pelo CENTRO 2020, sem prejuízo da obrigatoriedade de manutenção, pelo prazo legal, dos documentos relativos aos apoios financeiros concedidos e aos controlos efetuados, no âmbito da Tipologia objeto do presente Acordo.

#### **CLAÚSULA OITAVA**

*(Disposições finais)*

As omissões ao presente Acordo serão oportunamente analisadas e resolvidas pelas partes envolvidas.

O presente documento é elaborado em número igual ao dos Outorgantes que o subscrevem.



Leiria, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017

**O PRIMEIRO OUTORGANTE**

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE

\_\_\_\_\_  
(Célia Margarida Gomes Marques)

**O SEGUNDO OUTORGANTE**

AGRUPAMENTO ESCOLAS DE ALVAIÁZERE

\_\_\_\_\_  
(José Rosa de Carvalho Peres)



## ANEXO I – Ficha sintética dos parceiros

### IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PESSOA DE CONTACTO

Entidade: Agrupamento de Escolas de Alvaiázere

Morada: Rua Dr. José Maria Silveira Castro, nº 1 - Alvaiázere

Telefone: 236650520

Email: eb23alv96@mail.telepac.pt

Website

<http://agalvaiazere.ccems.pt>

Pessoa de contacto: José Rosa de Carvalho Peres

Cargo: Diretor

Telefone: 236656137

Email:

[diragrupalva@gmail.com](mailto:diragrupalva@gmail.com)

### ENQUADRAMENTO DA ENTIDADE (legislação de constituição/estatutos)

O Agrupamento de Escolas de Alvaiázere foi criado no ano letivo 2004/2005 pelo Despacho nº 13 313/2003 – II Série de 8 de julho

### CONTRIBUTO DO PARCEIRO PARA O PROJETO (grau de especialização do parceiro - contributos técnico e científicos)

O Agrupamento de Escolas de Alvaiázere possui um quadro de profissionais qualificados para a lecionação dos vários anos de escolaridade: pré-escolar; ensino básico e ensino secundário.

### PORTFÓLIO (principais projetos que evidenciam a experiência anterior no âmbito das funções a desenvolver na operação)

No âmbito do Plano de Ação Estratégica o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere desenvolve os seguintes projetos/medidas:

Começar bem – Melhorar os índices de transição e/ou a qualidade de sucesso nos 2º 5º e 7º anos.

Juntos fazemos melhor – Instituir novas práticas de trabalho colaborativo na planificação, execução e supervisão da prática letiva.

Saber estar. Aprender melhor. Promover um ambiente de trabalho mais produtivo nas salas de aula e um clima de respeito nos recreios.

Ler: a chave do saber – Melhorar os resultados dos alunos na avaliação interna e externa nos domínios diretamente relacionados com a leitura.

Saber mais. Fazer mais – Aumentar em 10% o número de alunos a frequentar pelo menos uma atividade de enriquecimento curricular, assegurando o funcionamento dos vários grupos existentes nos clubes de acordo com as escolhas dos alunos.



**COMPLEMENTARIDADE** (em que medida as funções do parceiro são complementares às dos outros parceiros)

O Agrupamento de Escolas de Alvaiázere é a única entidade pública que no concelho de Alvaiázere assegura o ensino público em todos os níveis de ensino e escolaridade, pelo que a sua intervenção é naturalmente complementar à dos outros parceiros.



## ANEXO II

**Descrição dos mecanismos de articulação entre parceiros** (e.g. plataforma colaborativa de comunicações; periodicidade das reuniões; metodologias e instrumentos de intervenções; processo de tomada de decisão; meios e datas de disseminação; planeamento, acompanhamento e avaliação das ações; etc.)

O Município de Alvaiázere e o Agrupamento de Escolas de Alvaiázere promovem uma relação de proximidade que potencia um contacto permanente no sentido de que ambas as entidades estejam empenhadas na promoção do sucesso escolar das crianças e jovens que estudam no concelho.

Para o efeito, a Direção do Agrupamento de Escolas de Alvaiázere, o Vereador responsável pelo pelouro da Educação e os serviços de Educação do Município estão em contacto permanente através dos mais diversos canais (sobretudo telefone e e-mail). Para que a gestão da intervenção dos dois parceiros possa ser otimizada foram estabelecidos protocolos de parceria em diversas matérias e são utilizadas plataformas de gestão escolar. São igualmente promovidas reuniões frequentes entre os vários agentes com vista ao acompanhamento da vida escolar. Através da sua presença no Conselho Geral, o Município tem também a oportunidade de participar no processo de tomada de decisão de aspetos relevantes da vida do Agrupamento de Escolas de Alvaiázere, sendo os Conselhos Municipais de Educação outro órgão de excelência para esta articulação e conhecimento profundo da realidade do concelho. Não só nestes órgãos, mas também noutras reuniões realizadas no decorrer do ano letivo, é feito um acompanhamento próximo da intervenção de cada agente que permite reajustar e avaliar as várias opções tomadas e, no final do ano letivo, é feito o indispensável balanço do trabalho realizado por forma a manter aquilo que funcionou de forma positiva e por forma a otimizar aquilo em que se identifiquem oportunidades de melhoria.